

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: tendências internacionais

Terezinha Elisabeth da Silva¹
Maria Inês Tomaél²

RESUMO

Nos últimos 30 anos o campo da política da informação tem passado por sensíveis transformações, provocadas pelas mudanças tecnológicas que influenciam todas as esferas sociais. O objetivo deste estudo foi o de levantar as principais tendências registradas por grupos e institutos internacionais com interesses de ação e de pesquisa em políticas de informação. Para a consecução desse objetivo foram desenvolvidos os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento de sites de instituições de ensino internacionais com dedicação a pesquisas em política de informação; análise dos sites e levantamento das atividades desenvolvidas (ações e pesquisas); agrupamento de interesses em domínios gerais e específicos; sistematização e análise desses interesses para determinação das tendências internacionais. Os resultados indicam que os estudos sobre política de informação estão centrados nas temáticas: propriedade intelectual, e-governo, vigilância e segurança da informação e com menor intensidade em: proteção de ativos de informação, economia da informação, recursos de informação, exclusão digital, gestão de registros eletrônicos, entre outros. Os interesses e as áreas que orientam os trabalhos no campo da política de informação são heterogêneos e demonstram evidente domínio de questões pertencentes a ambientes mais prosaicos e privados, revelando que normas e regulações têm sido realizadas na prática da sociedade, sem necessariamente passar pelo âmbito do Estado.

Palavras-Chave: Política de Informação. Pesquisa

1 INTRODUÇÃO

A problemática apresentada neste trabalho resulta da tentativa de entendimento, mapeamento e discussão do campo de atuação da política de informação no contexto da Ciência da Informação e em áreas correlatas. Tal problemática tem origem na constatação de que as recentes transformações mudaram significativamente o tecido social e o foco de atenção do campo da política de informação, o que requer estudos densos para sua compreensão.

Em razão disso é que se realizou este trabalho, cujo objetivo principal foi o levantamento e análise de instituições, grupos e institutos internacionais com interesses de

¹Professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas – telis@uel.br

²Professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais – mitomael@uel.br

ação e de pesquisa dedicados à política de informação a fim de elencar as principais tendências neles registradas.

A pesquisa adotou os seguintes procedimentos: a) Levantamento de textos em bases de dados; b) Busca no *site* Google de endereços de instituições de ensino internacionais (*site:edu*), de língua inglesa, com dedicação a pesquisas em política de informação (*information policy* e *information policies*); c) Pesquisa nos *sites* pertinentes, constantes nas primeiras dez páginas de pesquisa que a busca retornou (*information policy* – 48.200 resultados e *information policies* – 14.800 resultados); d) Agrupamento dos interesses das instituições em domínios gerais e domínios específicos; e) Sistematização e análise desses interesses para determinação das tendências internacionais.

Estes resultados integram projeto mais amplo conduzido no âmbito do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina e devem contribuir para pesquisas do Mestrado Profissional em Gestão da Informação, uma vez que oferecerá aportes teóricos e empíricos para trabalhos em desenvolvimento por docentes e discentes.

2 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E AS OSCILAÇÕES DO CONCEITO

Em 1987, Antonio Agenor Briquet de Lemos, então diretor do IBICT, proferiu uma conferência que funcionou como um marco importante das pesquisas brasileiras em política de informação. Aquela apresentação direcionou por algum tempo o entendimento da área de Biblioteconomia e, posteriormente, de Ciência da Informação, sobre o tema. Para o autor, política significava “um conjunto de preceitos e orientações, baseado em princípios suficientemente genéricos e consensuais, que levam a determinadas ações dirigidas a determinados fins” (LEMOS, 1987, p. ?).

A década de 1980 caracteriza-se pela redemocratização do país, colocando no palco e na arena da política atores até então à margem do sistema, o que provocava reflexão ampliada e inovadora acerca de questões muito caras à sociedade brasileira, mas até então proibidas ou limitadas pela ditadura militar. Logicamente que essas discussões e reflexões incluíam todos os aspectos que permeavam a informação, especialmente aqueles que tangenciam áreas e conceitos relativos aos fenômenos sociais, como a sociologia, a política e a cultura.

Nessas três últimas décadas, a exemplo dos demais campos da ciência, o campo da política da informação atravessou cenários repletos de transformações provocadas pela emergência e profusão das tecnologias que abarcam todas as esferas da vida social.

Havia, na década de 1980, como resultado do embate da intelectualidade de esquerda na luta pela abertura política, uma excessiva ideologização de todos os discursos relativos às

políticas públicas – incluindo-se a política de informação. Esse fenômeno fazia com que essas políticas ficassem reduzidas a uma única dimensão, a dimensão regulatória, passando ao largo das demais dimensões da vida social – a exemplo do lazer e do lúdico, frequentemente vistos como manipuladores de consciências. Além disso, o fazer político restringia-se, quase que exclusivamente, ao âmbito estatal.

Ora, é evidente que a velocidade das mudanças – no sentido mais amplo quanto seja possível imaginar – trouxesse profundas transformações na forma como entendemos o mundo, os conceitos e a compreensão que deles temos.

No campo de estudo da política de informação no Brasil, essas transformações estão refletidas em uma das mais significativas contribuições, que advém da professora Nélida Gonzales de Gómez, quando apropria o conceito de regime de informação de Frohmann (1995) e o reescreve, adapta e transfere para o contexto das pesquisas brasileiras. Para a autora:

O conceito de “regime de informação” demarcaria um domínio amplo e exploratório no qual a relação entre a política e a informação – não preestabelecida – ficaria em observação, permitindo incluir tanto políticas tácitas e indiretas quanto explícitas e públicas, micro e macropolíticas, assim como permitiria articular, em um plexo de relações por vezes indiscerníveis, as políticas de comunicação, cultura e informação. (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 25)

A introdução do conceito de regime de informação por Gómez, mostra a possibilidade de ampliação e, ao mesmo tempo, de detalhamento do entendimento da política de informação, diferentemente dos termos “sistema de informação”, “contexto de informação”, “âmbito de informação”, “documento”, “centro de informação”, “arquivos” e “bibliotecas”, que se mostram por demais restritivos e vagos. Para a compreensão da complexidade, Frohmann propôs o termo regime de informação, que é entendido como:

[...] conjunto (mais ou menos estável) de redes (relações) formais e informais nas quais as informações são produzidas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, por meio de diversos meios, canais e veículos, a diferentes destinatários ou receptores de informação, generalistas ou especialistas. (FROHMANN apud SENRA, 2002, p. 78)

Entretanto, ainda persiste no conceito de política de informação elaborado por Gonzales de Gómez a ideia de atuação quase que exclusiva do Estado como responsável – no embate com a sociedade civil – pela formulação desses marcos regulatórios. Isto é compreensível em razão da força do Estado brasileiro como ator que direciona e impõe políticas. De qualquer forma, o conceito de Gonzales de Gómez foi, e ainda é, apropriado por

vários outros autores (AUN, 2001; JAMBEIRO, BORGES, SOBREIRA, 2007) e utilizado na maior parte dos textos brasileiros que tratam de política de informação.

Também significativas para as reflexões sobre política de informação são as contribuições de Jardim e Marcondes (2003) e Barreto (2003). O entendimento que os autores, em seus trabalhos, têm de política de informação é também limitado ao jogo político entre Estado e sociedade civil, ou seja, referem-se às políticas públicas.

Orna (2008), em robusto artigo acerca do tema apresenta breve histórico do desenvolvimento das ideias sobre políticas nacionais e organizacionais de informação, desde o estabelecimento do Ministério da Informação Britânico, no início do século XX. A autora destaca todas as dificuldades de criação e execução de políticas nacionais e organizacionais, destacando, principalmente, fatores relativos a: a) relações de poder entre as partes interessadas; b) concordância do significado da tecnologia da informação; c) conteúdo da informação; d) transição entre a formulação e a implementação das políticas; e) ameaças à sobrevivência das políticas. A autora conclui fazendo analogia do campo de problemas das políticas de informação com as danças medievais que – a exemplo de nossas cirandas – avançam um passo para retornar dois, o que faz com que o progresso seja lento e demorado. Atendo-se às circunstâncias do Reino Unido – com breves pinceladas nas condições americanas – a imagem que a autora propõe é bastante simples e, por isso mesmo, muito clara e representativa do andamento dessas políticas, em razão das discussões, dos fluxos e dos embates que permeiam o campo.

3 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO COMO ÁREA DE ESTUDO E PESQUISA

Em artigo de 2002 Gontijo recuperou o conceito de política de informação firmado por Rowlands em 1996. Ao identificar as transformações sociais já apontadas por este, Gontijo destaca os dois principais fatores que direcionaram as abordagens do campo de pesquisa da política de informação:

- a) a convergência entre mídia, tecnologia de informação e serviços;
- b) algumas abordagens que apontam uma relação entre política de informação e impactos positivos no bem-estar econômico e social das sociedades. (ROWLANDS, 1996, apud GONTIJO, 2002, p. 180)

Gontijo (2002) ressalta ainda que naquele momento os principais interesses de pesquisa e debate sobre política de informação remetiam às discussões sobre as infovias de informação. De fato, não havia como deixar ao largo das rodadas de discussão e das agendas de pesquisa, a interferência das “infovias”, do ciberespaço, do mundo digital e virtual.

Entretanto, o que então parecia ser apenas uma tendência de pesquisa, assumiu tamanha importância a ponto de tornar-se ambiente e condição *sine qua non* para a realização da vida da sociedade, ou seja, todos os fenômenos sociais são perpassados ou perpassam a vida digital e virtual.

O periódico *The Information Society*, em busca de abordagens diferentes daquelas tradicionalmente tratadas em pesquisas sobre política de informação, publicou um número temático. No editorial denominado *Revitalizing Communication and Information Policy Research*, Mueller e Lentz (2004) justificam a edição, apontando para as influências das práticas sociais, das normas culturais, das mudanças sociais, dos interesses de grupos, dentre outros fatores, na definição do campo da política de informação e das pesquisas da área. Os artigos publicados no número temático versam sobre: a) a cultura e sua complexa intersecção no campo comercial; b) movimentos sociais e proteção organizada; c) estruturas sociais; d) dinâmica da política internacional e segurança nacional.

Já o artigo de Overdeest (2005) aborda o modo como ONGs e grupos organizados da sociedade civil, munidos de informação colaborativa, podem desempenhar papel significativo em busca de práticas ambientais favoráveis ao interesse público. Para tanto, o autor entrevistou 40 atores ligados à certificação florestal nos EUA, realizou pesquisa documental em arquivos e analisou textos de conferências voltadas à certificação ambiental, concluindo que há níveis diferentes de acesso às informações pertinentes, e que o acesso à informação correta e adequada é fundamental para minimizar problemas de degradação ambiental.

4 UNIVERSIDADES E INSTITUTOS DE PESQUISA: tendências internacionais

Os aportes teóricos demonstram mudança de foco nas pesquisas, revelando temas dispersos em várias problemáticas de interesse para os fenômenos da informação, deixando de se concentrar tão somente nos aspectos regulatórios da **política de informação**. Neste tópico apresentamos as abordagens de tratamento do tema, que refletem interesses e tendências de pesquisa, e também linhas de ação das instituições internacionais elencadas para esta pesquisa.

Conforme já dito, foram estudadas dez instituições, sendo: seis dos Estados Unidos, três do Reino Unido e uma da Austrália. Todas são instituições ligadas a universidades ou à vida acadêmica, sendo que a maioria delas foi fundada no final de década de 1990.

Na sequência, descrevemos as características principais de cada instituição:

4.1 Center for Information Policy and E-Government (EUA)

O Center for Information Policy and Electronic Government (CIPEG)³ é um centro multidisciplinar de pesquisa e ensino que concentra suas ações na intersecção entre políticas públicas e legislação, ética, confiança de como eles afetam o uso da informação na sociedade por indivíduos, organizações e governos.

Um dos principais propósitos do CIPEG é o crescente domínio da administração eletrônica (e-governo) e as suas implicações para governos e cidadãos. Para o CIPEG o e-governo representa o futuro da administração governamental.

O CIPEG foi fundado, em 1998, através do esforço comum e do co-patrocínio entre o College of Information Studies e a School of Public Policy da University of Maryland. A localização privilegiada do CIPEG, próximo a Washington, permite formalizar parcerias com as principais organizações de pesquisa, agências federais e grandes corporações.

As ações e pesquisas do CIPEG, relacionadas às políticas de informação, gravitam em torno do acesso, uso e compartilhamento da informação na sociedade. Na concepção do CIPEG as políticas de informação definem:

- os parâmetros para o comportamento informacional na sociedade;
- a informação que os governantes querem comunicar ou reter do acesso público;
- as ações que entidades da esfera pública estão autorizadas a incorporar em termos de informação;
- o papel e o uso das tecnologias da informação, sob vários aspectos, desde a arquitetura de *websites* até a concepção de serviços de bibliotecas.

Há uma série de questões sociais importantes, para o CIPEG, no âmbito das políticas de informação essas questões estão vinculadas a:

- função da informação para a segurança nacional;
- acesso a tecnologias em entidades públicas, como bibliotecas, museus e escolas;
- acesso a populações mais carentes;
- papel da informação em contextos emergentes;
- liberdade de informação e informação de código aberto;
- privacidade, vigilância e segurança;
- privacidade de informações pessoais;
- gestão de registros eletrônicos;

³ <http://cipeg.umd.edu/index.html>

- propriedade intelectual – direito autoral e propriedade industrial.

4.2 Foundation for Information Policy Research (Reino Unido)

A Foundation for Information Policy Research⁴ (FIPR) é um órgão independente que estuda a interação entre as tecnologias da informação e a sociedade. Seu objetivo é identificar o desenvolvimento técnico com significativo impacto social, realizar pesquisas no contexto das políticas públicas e promover a compreensão do público e o diálogo entre tecnólogos e mentores de políticas no Reino Unido e na Europa.

A FIPR detém o principal grupo de pensadores para políticas na internet da Grã-Bretanha. Estuda a interação entre a Tecnologia da Informação (TI), o governo, as empresas e a sociedade civil com o propósito de promover a compreensão e o diálogo entre empresas, governos e ONGs de toda a Europa.

Para promover seus objetivos, a FIPR desenvolve as ações:

- monitoramento da evolução tecnológica e das iniciativas de políticas do governo e empresas;
- identificação da influência da tecnologia da informação nos negócios, na liberdade de expressão, na privacidade, na democracia e na responsabilidade e eficiência da administração pública;
- condução de pesquisas em temas relevantes;
- disseminação dos resultados de pesquisa;
- organização de seminários e de conferências;
- influenciar parlamentares, servidores públicos e outras pessoas importantes com a intenção de promover melhorias na qualidade das políticas governamentais e da legislação;
- utilização dos meios de comunicação para estimular o debate público sobre as implicações políticas da inovação tecnológica.

A FIPR é uma organização sem fins lucrativos criada em maio de 1998, na Inglaterra. É regida por um conselho de curadores independentes, respaldado por especialistas que compõem o conselho consultivo.

⁴ <http://www.fipr.org/index.html>

Desde sua fundação (1998) até 2001 a FIPR concentrou suas atividades em pesquisas, desenvolvimento de políticas, intermediação para o e-governo e no Regulation of Investigatory Powers Act⁵ e também procurou desenvolver iniciativas em três áreas-chave:

- recursos de e-comercio e e-governo;
 - é importante simplificar a administração, melhorar os serviços e reduzir custos e fraudes. Para isso, a FIPR trabalha com o intuito de buscar respostas para a questão: Como é possível avaliar os riscos políticos, as recompensas e atender as reclamações dos interessados?
- propriedade intelectual e domínio público;
 - toda informação digital pode ser divulgada mundialmente, irreversível e instantaneamente. No entanto, a legislação de direito autoral procura conter e declarar ilegal a criação de um *software* que permita as pessoas fazerem “uso justo” da informação. Desse modo, a FIPR questiona: dados digitais devem receber a proteção de bens tangíveis? Ou a informação deve ser encarada como um recurso comum, porque não empobrece quando compartilhada, pelo contrário cresce?
- legislação internacional e a Internet;
 - constata-se que nenhuma legislação aplicada à Internet tem sido até agora amplamente reconhecida. Recentes tratados e convenções internacionais têm criado uma estrutura comum que deverá permitir a coerência entre jurisdições de lidar com a multiplicidade de problemas que fluem por meio das fronteiras nacionais. No entanto, os governos ainda não estão dispostos a renunciar à soberania e permitir operações transfronteiriças pelas forças policiais. Restam questionamentos: Como serão executadas as leis *on-line*? Como será o conflito inevitável entre as leis e os procedimentos dos diferentes territórios? Teremos que aumentar as práticas restritivas ou buscar denominadores comuns?

A partir de 2009 (até 2011) outros temas também se tornaram importantes:

- vigilância e segurança;

⁵ Ato legal do Reino Unido que prevê a interceptação, controle, monitoramento, fiscalização, aquisição e divulgação de informações e dados privados, sem a prévia anuência do indivíduo, em caso de prevenção de crimes contra a segurança e práticas ofensivas em empresas, por exemplo. http://www.opsi.gov.uk/acts/acts2000/ukpga_20000023_en_1 crimes contra a segurança e práticas ofensivas em empresas, por exemplo. http://www.opsi.gov.uk/acts/acts2000/ukpga_20000023_en_1

- enfoca os sistemas de vigilância eletrônica e as leis que regulam o acesso às comunicações. A nova legislação de emergência está fortemente em desacordo com as percepções da Grã-Bretanha como país livre, seguro e liberal. As medidas de segurança podem, de fato, ser contraproducentes e ameaçar a liberdade que pretendem proteger?
- liberdade acadêmica;
 - preocupados com aplicações militares e terroristas de pesquisas básicas os governos, progressivamente, procuram controlar o que se pode ensinar, o que se pode estudar e até mesmo a divulgação do conhecimento. Essas limitações têm um preço. Inibindo a disseminação do conhecimento, prejudicam a cultura e isso retarda os benefícios tangíveis que a ciência pode trazer. Como deve ser a relação entre o conhecimento “maléfico” e os avanços tecnológicos?

Estas são apenas algumas das mais prementes questões de política pública suscitadas pelos avanços da tecnologia da informação. O assunto é juridicamente e tecnicamente complexo e afeta a todos, inclusive às decisões que serão tomadas nos próximos anos, o que pode ser irreversível. Porém, os mentores das políticas governamentais nem sempre são informados das consequências, quer para os negócios ou para os cidadãos. A Fundação tem como propósito elevar a qualidade do debate público, enquanto ainda há tempo para fazê-lo.

4.3 Telecommunications & Information Policy Institute (EUA)

O Telecommunications & Information Policy Institute⁶ (TIPI) foi criado em maio de 1996 pela Universidade do Texas, em Austin, em resposta às oportunidades, sem precedentes, associadas às telecomunicações. Originalmente criado como um recurso estadual, o TIPI tem crescido e desempenhado um papel fundamental junto aos setores público e privado, no estabelecimento das prioridades e na alocação de recursos estaduais, nacionais e internacionais.

O TIPI provê um programa de pesquisa e um fórum de política de informação digital nos Estados Unidos e ao redor do mundo. Através de uma série de conferências, levantamentos e relatórios de pesquisa, liga pesquisadores, servidores públicos e representantes da indústria com informações vitais. Utilizando uma abordagem multidisciplinar, o pessoal alocado no TIPI e uma extensa rede de pesquisadores investigam o

papel das novas tecnologias nas sociedades modernas. O Instituto aborda questões de estratégia internacional, comunidade e desenvolvimento econômico, e aplica tecnologias, especialmente nas áreas de tele-saúde e acesso à informação. As principais abordagens de pesquisa centram-se em:

- mídias digitais para colaboração: iniciativa da Universidade do Texas para facilitar a coordenação de pesquisas interdepartamentais e o desenvolvimento em mídia digital e interativa.
- *Wireless*: rede sem fio e banda larga e reconfiguração do acesso público à internet;
- política rural de telecomunicações: a internet rural – projeto de conectividade;
- e-governo: serviços e uso da internet;
- exclusão digital: competência informacional; desenvolvimento de comunidades;
- redes comunitárias: programa de avaliação e treinamento;
- infra-estrutura de telecomunicações: tecnologia da informação e das telecomunicações e desenvolvimento econômico; serviços locais e banda larga; aspectos práticos da rede educacional – conectando a Internet2; serviço rural e urbano de banda larga – Internet – na Pensilvânia.
- comunicação internacional: telecentros no Brasil e Peru; formação social e internet.
- *press release*: acesso adequado a uma sólida infra-estrutura de telecomunicações e capacidades locais de utilizar a tecnologia eficazmente para o desenvolvimento econômico.
- informação e telecomunicações, tecnologia e desenvolvimento econômico: a estratégia de investigação utilizada compreende um mapa global da atual infra-estrutura de telecomunicações, centra-se, também, nos padrões de rastreamento.
- redes comunitárias: avaliação do desempenho da rede de relações que receberam financiamento. O TIPI identificou pontos fortes e fracos de cada comunidade, bem como compilou as "melhores práticas" – guia ou protótipo para outras redes.

4.4 Center for Information Policy Research (EUA)

O Center for Information Policy Research⁷ (CIPR) foi fundado em 1998, na Universidade de Wisconsin - Milwaukee, School of Information Studies (UWM-Sois). O Centro apóia pesquisas em política informação por meio de palestras, agenda de pesquisa, consultoria e atividades de extensão bibliotecária, e o programa de ética na informação.

⁶ <http://www.utexas.edu/research/tipi/index.html>

A agenda de pesquisa do CIPR gira em torno de aspectos sociais, éticos, econômicos, jurídicos, técnicos da informação e das tecnologias da informação com foco em questões políticas de propriedade intelectual (direitos de autor, patentes, etc), privacidade, equidade de acesso à informação, ética no uso de serviços de informação, censura, ciberlei⁸, governo, empresas, e políticas de informação internacional. O foco específico para o período 2008-10 está sendo a ética e a política intercultural da informação.

4.5 Institute for Information Policy (EUA)

O Institute for Information Policy⁹ (IIP), criado em 1997 no College of Communications da Universidade do Estado da Pensilvânia, patrocina pesquisas e programas autofinanciados em tecnologia da informação com implicações sociais, especialmente na melhoria do discurso democrático, responsabilidade social e qualidade de vida.

Projetos em andamento:

- futuro das comunicações americanas – trabalho em grupo e comunicação para todos;
- rede internacional para levantamento de indicadores para a sociedade da informação.

4.6 Program on Information Resources Policy (EUA)

A finalidade do Program on Information Resources Policy¹⁰ (PIRP) é contribuir com os mentores de políticas, o público em geral, e com os associados, que tratam dos problemas trazidos pelas mudanças nas comunicações e recursos de informação. Desde 1973 o PIRP trabalha com as partes interessadas para esclarecer o que está em questão, como e para quem.

O programa, criado em fevereiro de 1973, é uma atividade de pesquisa dentro da Universidade de Harvard. Aborda “o mundo da informação e das comunicações”, visto holisticamente com todos os seus componentes e como eles evoluem e interagem. É descrito como o "grupo de pensadores sobre a era da informação de Harvard".

A missão do PIRP é ajudar os responsáveis a tomar as melhores decisões obtendo a melhor informação.

Objetivos:

⁷ <http://www4.uwm.edu/sois/cipr/index.html>

⁸ *Cyberlaw* – leis concernentes a computadores e assuntos relacionados, tais como: Internet, direitos de propriedade intelectual, segurança da informação, etc.

⁹ <http://comm.psu.edu/about/centers/institute-for-information-policy>

¹⁰ <http://www.pirp.harvard.edu/>

- prestar informações e aconselhamento no plano estratégico aos tomadores de decisão e ao público, do que é relevante, competente e imparcial;
- satisfazer as exigências da Universidade de Harvard: ensino, supervisão (graduação), publicação de resultados de pesquisas e avançar as fronteiras do conhecimento;
- incentivar e fomentar a pesquisa e buscar a compreensão além da universidade;
- planejar procedimentos inovadores, superando a incompatibilidade histórica entre "informação competente" e "informação imparcial".

4.7 Center on Law and Information Policy (EUA)

Com a crescente dependência da sociedade em tecnologia da informação e com a rápida obsolescência da legislação, School of Law da Fordham University (Nova York) reconhece a evolução na regulamentação de desafios globais da economia baseada na informação. Em resposta a essas mudanças, o Center on Law and Information Policy ¹¹ (CLIP) foi fundado em 2005 para se posicionar na vanguarda da formação jurídica no campo emergente da informação jurídica.

Problemáticas específicas em domínios como propriedade intelectual e privacidade de informações começaram a levantar questões mais amplas da teoria regulatória e de valores na crescente economia da informação. Esta mudança reflete uma necessidade básica, ampla e permanente de compreender as implicações regulatórias de uma economia baseada na informação.

Além de apoiar e realizar pesquisas, o CLIP organiza eventos e também auxilia na formulação de discursos públicos sobre temas como a privacidade de dados e segurança, tecnologias *peer-to-peer*, propriedade intelectual e proteção de ativos da informação, bem como a responsabilidade dos mediadores da internet. O trabalho do CLIP é disseminado e utilizado para ajudar a influenciar os princípios orientadores da nova sociedade baseada no conhecimento e auxiliar na busca de soluções para os difíceis problemas jurídicos apresentados pelas tecnologias da informação.

O CLIP foi fundado para contribuir significativamente para o desenvolvimento da legislação e da política e economia da informação, visando a capacitação da próxima geração de líderes. O CLIP reúne estudiosos da área jurídica, da comunidade empresarial, especialistas em tecnologia, comunidade política, estudantes e público em geral para tratar e

¹¹ <http://law.fordham.edu/center-on-law-and-information-policy/clip.htm>

avaliar políticas e soluções de vanguarda para questões que afetam a evolução da economia da informação.

Para a consecução desta missão, o CLIP desenvolve atividades em cinco áreas:

- lei e políticas relativas à regulamentação das informações e valores públicos;
- direito e política para inovação e criação do conhecimento;
- tecnologia, segurança e privacidade;
- e-governo;
- propriedade intelectual e proteção de ativos de informação.

4.8 Information Policy and Practice Research Group (Austrália)

O Information Policy and Practice Research Group¹² (IPPRG) da University of Sydney é um programa de pesquisa criado para investigar as implicações teóricas e práticas do impacto das informações no ambiente e nas estratégias das organizações – públicas e privadas.

O foco do trabalho do IPPRG é a informação em si. A importância da informação para as organizações está agora recebendo maior atenção, devido ao efeito transformador das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

O desenvolvimento de políticas e práticas de informação está incorporado em ambientes em mudança e constitui-se de múltiplos objetivos estratégicos. Como consequência, há ainda muita incerteza sobre como gerir a multiplicidade de informações e de fluxos de informação dentro e entre organizações.

Metas:

- auxiliar as organizações a gerir informações em cenários complexos;
- criar uma comunidade de investigação envolvendo representantes de grupos profissionais e acadêmicos;
- investigar as dimensões sociais e técnicas da política de informação, gestão, arquitetura e segurança;
- contribuir para a redefinição dos avanços teóricos da política e prática da informação.

¹² <http://ipprg.econ.usyd.edu.au/>

O trabalho do IPPRG se concentra na organização intelectual de informação para negócios e no papel da política de informação em diferentes contextos. O propósito é apresentar um quadro de referência para conceituar informação para negócios.

A área de pesquisa incide sobre as estratégias e políticas que ajudam na gestão de informações durante todo o seu ciclo de vida e em toda a empresa. Os interesses específicos do IPPRG estão centrados em:

- mudanças no desenvolvimento de políticas sociais e econômicas;
- direito a decisão e responsabilidade localizada;
- construção do processo político, mobilidade e ações dentro e entre organizações.

4.9 Information Policy Research Group (Reino Unido)

O Information Policy Research Group¹³ (IPRG), da City University London, está interessado na análise do contexto político no qual têm lugar as atividades de informação. O âmbito das atividades é amplo e inclui a pesquisa e o estudo sobre problemas relacionados a políticas de informação internacional, nacional e em níveis organizacionais.

Pesquisas e estudos centram-se em informação jurídica e de regulamentação, assim como no desenvolvimento de modelos para a compreensão das complexas relações das políticas de informação para a consecução de objetivos sociais, econômicos e culturais. O IPRG tem interesses específicos em: gestão de recursos informacionais; liberdade de informação (de acesso e uso), propriedade intelectual, direito autorial; influências do trabalho em rede e multimídias; questões legais e éticas; e indústria da informação. O Grupo está particularmente envolvido com as questões políticas para informação ambiental e em saúde.

O trabalho do Grupo tem sido financiado em grande parte por subvenções e pela British Library. O IPRG está atualmente trabalhando com o Information Society Project Office em Bruxelas, para desenvolver um quadro conceitual para a análise da política de informação e, no início da década de 2000, elaborou relatório sobre biblioteca digital para a British Library.

4.10 Information Policy, Law + Ethics Research Group (Reino Unido)

Os objetivos do Information Policy, Law + Ethics Research Group¹⁴ (IPLERG) são:

- desenvolver pesquisa básica e aplicada em todos os aspectos legal, ético e social da informação, relacionados a criação, disseminação e gestão da informação;

¹³ <http://www soi.city.ac.uk/organisation/is/research/iprg/>

¹⁴ <http://www.lboro.ac.uk/departments/lis/disresearch/lpg.html>

- realizar pesquisa que aborde a formulação e os impactos das políticas, bem como o seu impacto nos regulamentos e na legislação sobre bibliotecas, serviços e profissionais da informação;
- divulgar os resultados dessas pesquisas e prestar consultoria nessas áreas.

O IPLERG, vinculado ao Department of Information Science da Universidade de Loughborough, tem a missão de desenvolver e avaliar modelos e orientações em áreas como: direito autoral, proteção de dados, liberdade de informação, governo eletrônico e depósito legal, com o intuito de desenvolver uma compreensão dos processos de formulação das políticas nas áreas de interesse e divulgar informações sobre as implicações de tais desenvolvimentos. Enfatiza, ainda, o impacto da informação eletrônica.

As descrições acima e a análise dos conteúdos informados pelos *sites* selecionados permitem observar as ocorrências e recorrências de alguns temas presentes nas discussões contemporâneas em torno da era da informação.

5 DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS

Optamos por categorizar os tópicos tratados pelas instituições em duas vertentes: domínios gerais e domínios específicos, que se referem, respectivamente, a maior amplitude de abordagem e maior densidade e detalhamento dos temas de interesse para essas instituições. No quadro 1 listamos os tópicos extraídos dos *sites* das instituições descritas no item anterior e que interessam diretamente para a análise proposta.

Órgãos	Domínios Específicos	Domínios Gerais
CIPEG (EUA)	<ul style="list-style-type: none"> - E-governo; - Comportamento informacional; - Arquitetura de <i>Websites</i>; - Serviços de bibliotecas; - Acesso a tecnologias em entidades públicas; - Informação de código aberto; - Vigilância e segurança; - Gestão de registros eletrônicos; - Propriedade intelectual. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia da informação; - Internet; - Informação.
FIPR (Reino Unido)	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos de e-comercio e e-governo; - Propriedade Intelectual e domínio público; - Legislação internacional e Internet; - Vigilância e segurança; - Liberdade acadêmica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia da Informação; - Internet.
TIPI (EUA)	<ul style="list-style-type: none"> - Mídias digitais; - Acesso público a Internet; - Internet rural; - E-governo; - Exclusão digital; 	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia da Informação; - Internet.

	<ul style="list-style-type: none"> - Redes comunitárias; - Infra-estrutura de telecomunicações. 	
CIPR (EUA)	<ul style="list-style-type: none"> - Propriedade Intelectual; - Acesso a informação; - Ética no uso de serviços de informação; - Ciberlei; - Ética e política intercultural da informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia da informação; - Internet; - Informação.
IIP (EUA)	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicações; - Indicadores para a Sociedade da Informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia da Informação.
PIRP (EUA)	<ul style="list-style-type: none"> - Informação para a tomada de decisão; - Recursos de Informação; - Evolução dos recursos de comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação; - Comunicação.
CLIP (EUA)	<ul style="list-style-type: none"> - Informação Jurídica; - Propriedade intelectual; - Segurança e Privacidade de informações; - Economia da Informação; - Tecnologias <i>peer-to-peer</i>; - Proteção de ativos de informação; - Mediação na Internet; - Tecnologia e governança. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia da Informação; - Internet; - Informação.
IPPRG (Austrália)	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão da informação; - Arquitetura e segurança da informação; - Dimensões sociais e técnicas da política de informação; - Informação para negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação; - Tecnologias da Informação e Comunicação.
IPRG (Reino Unido)	<ul style="list-style-type: none"> - Informação Jurídica; - Gestão de recursos informacionais; - Liberdade de informação; - Propriedade intelectual; - Indústria da informação; - Informação em saúde e ambiental; - Biblioteca Digital. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação.
IPLERG (Reino Unido)	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos legais, ético e social da informação; - Criação e disseminação da informação; - Gestão da informação; - Bibliotecas; - Serviços de Informação; - Profissionais da informação; - Consultoria em informação; - Direito autoral; - Proteção de dados; - Liberdade de informação; - E-governo; - Depósito legal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação; - Tecnologia da Informação.

Quadro 1: Domínios de Atuação das Instituições Analisadas

Antes de tudo, é importante ressaltar que todos os temas são perpassados ou ocorrem no ambiente *web* e que, no âmbito da política de informação, não se discute qualquer assunto sem se levar em conta as tecnologias de informação. Assim, na coluna **domínios gerais**, foram registrados, evidentemente, termos que se referem a campos relativos a: comunicação, informação, internet e tecnologia da informação.

Em termos dos **domínios específicos**, vê-se que os temas concernente à atuação do Estado ainda têm representatividade significativa, como se pode observar nas ocorrências referentes a: acesso à informação, e-governo, exclusão digital, ciberlei, legislação internacional. Alguns temas tratam de aspectos mais relacionados à gestão da informação e do conhecimento, a exemplo de: arquitetura de *websites*, tecnologia e governança, economia da informação, gestão de recursos eletrônicos, serviços de bibliotecas, informação para a tomada de decisão e comportamento informacional. Relevante também é o grupo de itens que trata da comunicação e que engloba: evolução dos recursos de comunicação, redes comunitárias, infra-estrutura de telecomunicações, internet rural, mídias digitais, mediação na internet, tecnologias *peer-to-peer*. Há ainda um número significativo de ocorrências acerca de aspectos legais: informação jurídica, privacidade e segurança, propriedade intelectual, propriedade Intelectual e domínio público, recursos de e-comércio e e-governo, vigilância e segurança, proteção de ativos, segurança e privacidade de informações. Finalmente, existe uma gama de temas que tratam de questões relacionadas ao cotidiano individual ou coletivo, como: ética e política intercultural da informação, indicadores para a Sociedade da Informação, ética no uso de serviços de informação, liberdade acadêmica e informação de código aberto.

Percebe-se a emergência de aspectos que levam em consideração uma inserção maior da sociedade civil na determinação de critérios e prioridades de temas e interesses dessas políticas. Tal fato demonstra a necessidade de se estudar política de informação enquanto campo heterogêneo e complexo. Neste caso, estudá-la sob o prisma da teoria do regime (*emergent information policy regime*), conforme propõe Braman (2004), permitiria ampliar sua compreensão.

Isto é importante ressaltar porque mostra o caráter prático, multidisciplinar, orientado para solução de problemáticas sociais, presente nas discussões sobre política de informação e que, evidentemente, permite compreender o papel das tecnologias de informação para a contemporaneidade (MCCLURE, C. R.; JAEGER, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar, as aceleradas mudanças nas TICs alteraram substancialmente o foco de estudo das políticas de informação. Se até a década de 1980 ele se concentrava quase que exclusivamente nas ações governamentais, desde meados da década de 1990 abriram-se oportunidades bastante diversas.

Atualmente os estudos sobre política de informação abarcam amplitude maior de interesses, tais como: direitos autorais, acesso aberto e livre, privacidade, telecomunicações e conectividades, *softwares* livres, propriedade intelectual, governança e governo eletrônico.



Figura 1: Tendências de Pesquisa e de Ação das Instituições Analisadas

A figura permite um entendimento mais claro das tendências de pesquisa e de ação das instituições analisadas, demonstrando a predominância de temas relativos a: e-governo, propriedade intelectual e vigilância e segurança. Em torno desses, orbitam temas mais ou menos recorrentes, mas presentes nas propostas de pesquisa e ação das instituições.

O aspecto regulatório ainda tem papel muito importante no âmbito de estudo da política de informação, porque, em última instância é a regulação que seria capaz de promover maior equilíbrio das condições de produção, distribuição, acesso e uso dos recursos de informação e comunicação.

Os tópicos levantados refletem a heterogeneidade de interesses e áreas que orientam os trabalhos no campo da política de informação, mostrando evidente domínio de questões pertencentes a ambientes mais prosaicos e privados, revelando que normas e regulações têm sido criadas na prática pela sociedade, sem necessariamente passar pelo âmbito do Estado.

INFORMATION POLICY: international trends

ABSTRACT

In last the 30 years the field of information policy has passed for several transformations due to the technological changes that influence all the social spheres of action. The aim of this study was to raise the main trends registered for international groups and institutes which have action and research interests in information policies. To achieve this objective the following methodological procedures have been developed: survey of international educational institutions sites related to research in information policy; analysis of the sites and survey of the activities developed (action and research); gathering the interests in general and specific domains; systematization and analysis of these interests to determine the international trends. The results indicate that information policies studies are especially centered on these subjects: copyright, e-government, information surveillance and security; and with little intensity in: protection of information assets, information economy, information resources, digital divide, management of electronic registers, among others. The interests and areas that guide the works in the field of information policy are heterogeneous and demonstrate clear domain of issues belonged to prosaic and private environments, showing that rules and regulations have been carried through for the society in a practical way, without passing necessarily through the State scope.

Keywords: Information Policy. Research.

REFERÊNCIAS

AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro.

BARRETO, A. de A. Políticas Nacionais de Informações: discurso ou ação. **DataGamaZero**, v. 4, n. 2, abr. 2003. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/abr03/Ind_com.htm>. Acesso em: 28 out. 2008.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: _____ (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. Disponível em: <http://www.uwm.edu/~braman/bramanpdfs/022_emergentregime.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2009.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond informacion science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmonton, Alberta. **Proceedings...** Alberta, 1995. Disponível em: <<http://www.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmann.htm>> Acesso em: 27 fev. 2009.

GONTIJO, M. Análise da proposta brasileira de e-governo como expressão de uma política de informação a partir do conceito de regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 179-188, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/406/217>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

GONZALES DE GÓMEZ, M. N. de. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, p.27-40, jan./abr., 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/170/149>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; SOBREIRA, R. V. Políticas e gestão da informação pública. **Informação e Sociedade: Estudos**, v. 17, n. 2, p.109-118, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/632/1451>>. Acesso em: 28 out. 2008.

JARDIM, J. M.; MARCONDES, C. H. Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. **DataGramaZero**, v. 4, n. 2, abr. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr03/Art_04.htm>. Acesso em: 28 out. 2008.

LEMOS, A. A. B. de. Política de informação em Ciência e Tecnologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 14, 1987, Recife. Disponível em: <http://www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet_lemos3.htm>. Acesso em: 20 jul. 2008.

MCCLURE, C. R.; JAEGER, P. T. Government information policy research: Importance, approaches, and realities. **Library & Information Science Research**, v. 30, n. 4, p. 257–264, 2008. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIImg&_imagekey=B6W5R-4TK7X8B-2-3&_cdi=6577&_user=686187&_orig=search&_coverDate=12%2F31%2F2008&_sk=999699995&view=c&wchp=dGLbVzW-zSkzS&md5=c974337cacc1024fcd72dc1b15532386&ie=/sdarticle.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2008.

MUELLER, M.; LENTZ, B. Revitalizing Communication and Information Policy Research. **The Information Society**, v. 20, p. 155–157, 2004. Disponível em: <<http://www.indiana.edu/~tisj/readers/full-text/20-3.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2009.

ORNA, E. Information policies: yesterday, today, tomorrow. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 547-565, 2008. Disponível em: <<http://jis.sagepub.com/cgi/reprint/34/4/547>>. Acesso em: 11 fev. 2009.

OVERDEVEST, C. Treadmill politics, information politics, and public policy: toward a political economy of information. **Organization Environment**, v. 18, n. 1, p. 72-90, Mar. 2005. Disponível em: <<http://oae.sagepub.com/cgi/content/abstract/18/1/72>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

SENRA, N. de C. Regime e política de informação estatística. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 75-85, jul., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 abr. 2009.